
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP SEI Nº 0024336758/2025 - SEPROT.UGM.AAD

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

1.1 Trata-se de processo licitatório para contratação de Empresa especializada para reforma e adequação do espaço físico, para implementação da Sala do Centro de Comando Operacional - CCO da Secretaria de Proteção Civil e Segurança Pública - SEPROT e do Departamento de Trânsito de Joinville - DETRANS.

1.2 Se faz necessário a implementação do CCO - Centro de Comando Operacional, o qual será a base física de monitoramento, gerenciamento de imagens e tomada de decisões.

1.3 Atualmente a SEPROT conta com uma estrutura mínima de monitoramento, precária em recursos físicos e de espaço, dessa forma a aquisição de equipamentos tecnológicos, bem como a readequação física do espaço se mostra mais do que necessário a fim de que possamos utilizar de todos os recursos disponíveis e futuros, imprescindíveis ao bom desempenho da Segurança Pública local, e além de tudo, atender ao interesse público, facilitando o aumento efetivo da sensação de segurança da população.

2 – DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL.

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

2.1 O Plano de Contratações Anual foi dispensado por meio do Decreto nº 51.742/2022, que aprovou a Instrução Normativa nº 04/2022 (0015231284), sendo necessária sua elaboração somente no exercício de 2024.

2.2 Assim, a contratação está prevista no plano de ações da Secretaria para o ano de 2024.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

3.1 Para a presente contratação, devem ser atendidos os requisitos específicos que estão dispostos no Memorial Descritivo.

3.1 Para a presente contratação, devem ser atendidos os seguintes requisitos mínimos:

a) Indicar preposto fornecendo nome, número de aparelho telefônico móvel e e-mail, para todas as tratativas referente a contratação.

b) Obedecer, quando for o caso, às recomendações dos fabricantes, normas técnicas, resoluções, portarias da ANVISA, ABNT, CONTRAN, as disposições legais da União, do Estado de Santa Catarina, do Município de Joinville, dentre outros, que estiverem em vigor;

c) Assumir integral responsabilidade pelos danos decorrentes desta prestação de serviços, inclusive perante terceiros.

d) Promover a destinação final ambientalmente adequada e a logística reversa, sempre que a

legislação assim o exigir.

3.2 Os demais requisitos específicos estão dispostos no Memorial descritivo.

3.3 O critério de seleção do fornecedor deverá apresentar do atestado de capacidade técnica similar com os itens cotados, com o percentual descrito no item 1.3 do Anexo - Informações Complementares SEI: 0024336766, conforme art. 67, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021, com cópia ao artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, que dispõe que a solicitação do atestado é indispensável à garantia mínima do cumprimento das obrigações pertinentes à execução do objeto.

3.4 O critério de seleção do fornecedor para apresentação do capital social e do patrimônio líquido mínimo, será o percentual de 10%, pois a contratação é unificada, cujo quantitativo estimado é a soma de todas as demandas das secretarias e autarquias requisitantes, de modo a garantir que a CONTRATADA possua capacidade financeira para arcar com o compromisso junto à Administração.

4 – ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

4.1 Para a presente contratação, a estimativa das quantidades foram obtidas considerando os projetos e respectivos memoriais descritivos (documentos SEI: 0024268436, 0024324595 e 0024324622), a reforma e adequação do espaço será de aproximadamente 112,64 m².

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

5.1 Considerando que a Secretaria de Proteção Civil e Segurança Pública- SEPROT, hoje conta com um apanhado de 1728 câmeras, em fase de instalação, por toda a cidade, por intermédio do Projeto CIGA;

5.2 Considerando que atualmente a SEPROT conta com uma estrutura mínima de monitoramento, precária em recursos físicos e tecnológicos;

5.3 Considerando que a readequação física do espaço se mostra mais do que necessária a fim de que possamos utilizar de todos os recursos disponíveis e futuros, imprescindíveis ao bom desempenho da Segurança Pública local;

5.4 Considerando que a criação do Centro de Comando Operacional - CCO se trata de uma solução que como resultado fim aumentará a sensação de segurança à população visto que como uma estrutura física adequada, dotada de equipamentos com alta tecnologia embarcada, será possível prestar um serviço de excelência no que se refere ao monitoramento de toda a cidade, sendo possível identificar delitos que poderiam passar despercebidos.

5.5 Considerando que com base em pesquisas de mercado, os centros de monitoramento contam, minimamente, com equipamentos do tipo computadores e monitores do tipo videowall, os quais permitem uma melhor visualização das imagens por parte dos operadores. Ainda, outros tipos de equipamentos do tipo ar condicionado, gerador, tela interativa, entre outros, se mostram como necessários a fim de que seja possível uma prestação de serviço contínua e mais efetiva;

5.6 Assim, a melhor solução encontrada, que visa atender ao princípio do interesse público, bem como o princípio da razoabilidade e da eficiência na prestação do serviço público é a aquisição de equipamentos com alta tecnologia embarcada para composição do CCO, bem como a readequação da infraestrutura atual, para que a estrutura possa suportar a operação dos equipamentos, a fim de que seja possível a implantação efetiva do Centro de Comando, trazendo vantajosidade, tanto econômica quanto técnica para a Administração, além de resultar em uma percepção ampliada de segurança para a sociedade, impactando de maneira direta o atendimento ao interesse público.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

6.1 Os valores estimados para a contratação, bem como suas memórias de cálculo estão discriminados no presente processo. Os mesmos foram baseados na tabela SINAPI.

6.2 Conforme SEI 0023543807, estima-se a contratação no valor de R\$ 575.811,37.

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

7.1 Após análise das possíveis soluções de mercado, demonstra-se como a melhor solução para atendimento ao interesse público, e também o atendimento aos princípios da economicidade, a implantação do Centro de Comando Operacional- CCO, que visa atender ao princípio da razoabilidade e da eficiência na prestação do serviço público.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

8.1 Considerando o objeto da presente contratação, temos que é inviável a divisão do mesmo, não podendo ser parcelado, devido ao fato de que, o parcelamento (em que pese ser a regra), não se demonstra vantajoso para a contratação em tela (considerando a possibilidade de incompatibilidade dos serviços no caso de empresas diferentes), bem como quanto a um melhor aproveitamento de mercado (o parcelamento poderá causar um desinteresse) ou prejudicar inclusive a competitividade;

8.2 No mais, ainda, considerando o valor previsto para a contratação, que pode se intensificar se estivermos falando de empresas distintas. Qualquer forma de divisão, inclusive, pode resultar em desinteresse no mercado e afetar a competitividade do futuro certame.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

9.1 Em termos de economicidade e atendimento ao interesse público, com a implantação do Centro de Comando Operacional- CCO através da aquisição de equipamentos com alta tecnologia embarcada e de itens referentes à readequação da infraestrutura atual, será possível atender ao melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, uma vez que será possível o monitoramento de todas as câmeras de domínio do município, bem como câmeras de terceiros, mediante autorização/convênio.

9.2 Todavia, os resultados pretendidos com a presente contratação não estão atrelados apenas a termos de economicidade e de aproveitamento de recursos humanos, materiais e financeiros, mas principalmente ao interesse público a ser atendido no que concerne à Segurança Pública.

9.3 Hodiernamente, Joinville conta hoje com 616.323 habitantes, segundo o Censo 2022 do IBGE. Em relação ao último censo realizado no ano de 2010, houve um aumento de 101.035 habitantes, o que representa 19,61% de aumento populacional, um alto índice se comparado com o índice nacional, que foi de 6,5%. Estes números classificam Joinville como a cidade mais populosa do Estado de Santa Catarina.

9.4 Ainda, é importante destacar números relacionados à criminalidade na cidade, nos quais é possível relacionar Joinville como a cidade com maiores índices de homicídio no Estado, conforme mostra o Boletim Mensal de Indicadores, da Secretaria de Segurança Pública do Estado, em que no mês de junho do presente ano apresentou a maior taxa de homicídios do Estado, um total de 32, número este que representa 10,49% de todo o total no Estado, que foram 305, somados todos os 295 municípios.

9.5 Entretanto, no ano de 2022, a Revista IstoÉ publicou o ranking “Melhores Cidades do Brasil 2022”, de acordo com a publicação, Joinville foi a primeira colocada geral e a primeira entre as cidades de grande porte, recebendo assim o título de “Melhor Cidade do Brasil, índice que levou em consideração aspectos de infraestrutura, econômicos, vocação industrial da cidade, educação, saúde e sustentabilidade.

9.6 Nesse contexto, para que possamos manter os índices positivos e diminuir os negativos, considerando a crescente populacional, onde cada vez mais pessoas buscam a nossa cidade, é de suma

importância que sejam investidos em recursos que possam aumentar a sensação de segurança da população, direta ou diretamente.

9.7 Dessa forma, o resultado final pretendido com a presente contratação é a redução dos índices de criminalidade da cidade, através do monitoramento preventivo, no qual será possível detectar e rastrear infratores de diversas modalidades criminosas. Ainda, como resultado esperado, é que as soluções propostas sirvam como um facilitador, tanto no monitoramento, quanto no que se refere ao processo de tomada de decisão, fator de extrema relevância quando se fala em situações de desastres e emergências;

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

10.1 Informa-se, quanto à equipe técnica de fiscalização, que a Secretaria de Proteção Civil e Segurança Pública possui servidores com experiências técnicas e conhecimentos acerca dos produtos a serem adquiridos, bem como, caso necessário, pode-se solicitar o suporte das demais Secretarias.

10.2 Ainda, indicamos que quando da indicação dos membros para fiscalização do contrato, em atendimento ao princípio da segregação de funções, o ordenador da despesa deverá observar que não se recomenda que os membros da elaboração da fase preparatória atuem como membros da comissão de fiscalização.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

11.1 Não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

12.1 Não se vislumbra impacto ambiental para a contratação. No entanto, caso cabível, a contratada deverá observar a destinação adequada dos resíduos decorrentes da contratação.

13. ANÁLISE DE RISCOS

De acordo com o art. Art. 18, inciso X da Lei 14.133/2021, na fase preparatória, devem ser abordados os riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual

13.1 Analisando os Riscos da Contratação, podemos indicar os seguintes elementos:

a) identificação de riscos - para a presente contratação constatou-se os seguintes riscos:

1. Licitação eventualmente fracassada ou deserta - Probabilidade: Pouco provável;
2. Atraso na execução – Probabilidade: Pouco provável;

b) análise de riscos - os riscos encontrados possuem como consequência:

1. Licitação eventualmente fracassada ou deserta - Impacto Alto.
2. Atraso na execução - impede cumprimento do cronograma de obras/adequações.

Impacto: Médio

Probabilidade P		
Índice	Descrição	Nível
Raro	Evento extraordinário. Acontece apenas em situações excepcionais. Não há histórico conhecido do evento ou não há indícios que sinalizem sua ocorrência.	1
Pouco Provável	Evento casual, inesperado. Existe histórico de ocorrência. O histórico conhecido aponta para a baixa frequência de ocorrência no prazo associado ao objetivo.	2
Provável	Evento esperado de frequência reduzida. Histórico parcialmente conhecido. Repete-se com frequência razoável no prazo associado ao objetivo ou há indícios que possa ocorrer nesse horizonte.	3
Muito provável	Evento usual de frequência habitual. Histórico amplamente conhecido. Repete-se com elevada frequência no prazo associado ao objetivo ou há indícios que ocorrerá nesse horizonte.	4
Praticamente certo	Evento que se repete seguidamente. Interfere no ritmo das atividades. Ocorrência quase garantida no prazo associado ao objetivo.	5

Impacto (I)		
Índice	Descrição	Nível
Muito Baixo	Não afeta o objetivo. Compromete minimamente o atingimento do objetivo. Para fins práticos, não altera o alcance do objetivo/resultado.	1
Baixo	Afeta pouco o objetivo. Compromete em alguma medida o alcance do objetivo, mas não impede o alcance da maior parte do objetivo/resultado.	2
Médio	Torna incerto ou duvidoso o alcance do objetivo. Compromete razoavelmente o alcance do objetivo/resultado.	3
Alto	Torna improvável o alcance do objetivo. Compromete a maior parte do atingimento do objetivo/resultado.	4
Muito Alto	Capaz de impedir o alcance do objetivo. Compromete totalmente ou quase totalmente o atingimento do objetivo/resultado.	5

c) avaliação de riscos - dos riscos encontrados, procedendo a ponderação do impacto e da probabilidade, constatamos que os riscos são classificados como alto e médio.

Classificação dos Riscos	
Pontuação	Risco
15 a 25	Muito Alto
8 a 12	Alto
3 a 6	Médio
1 e 2	Baixo
0	Muito Baixo

ANÁLISE DOS RISCOS							
IM PA C I O	Nível 5	Muito Alto	5	10	15	20	25
	Nível 4	Alto	4	8	12	16	20
	Nível 3	Médio	3	6	9	12	15
	Nível 2	Baixo	2	4	6	8	10
	Nível 1	Muito Baixo	1	2	3	4	5
			Raro	Pouco Provável	Provável	Muito Praticamente	Praticamente certo
			Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5
			Probabilidade				

d) tratamento de riscos - com base na análise realizada, esta equipe de planejamento entende que deve-se adotar a conduta de mitigar.

O risco da licitação restar deserta ou fracassada, pode ser causado por especificações técnicas que restrinjam a competitividade no processo, exigências técnicas desnecessárias a contratação, com a solicitação de documentos incompatíveis com a legislação vigente e estimativas de preços abaixo do valor de mercado; para minimizar o risco em questão, foram revisadas as exigências para a execução dos serviços para que estas configurem as mínimas necessárias para o atendimento satisfatório das necessidades desta Administração Municipal.

Possibilidade de Tratamento de Riscos	
Conduta	Descrição
Evitar	Descontinuar a atividade, interromper o processo de trabalho.
Transferir	Compartilhar o risco com terceiros, como no caso dos seguros.
Mitigar	Desenvolver e implementar medidas para evitar que o risco se concretize e/ou medidas para atenuar o impacto e as consequências, caso ocorra.
Mitigar/transferir	Desenvolver e implementar ambas as medidas: mitigar e transferir
Aceitar	Não há necessidade de adotar quaisquer medidas. Considerar se é o caso de monitorar ao longo do tempo.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

14.1 Para proceder à análise da viabilidade da contratação, esta deve atender positivamente os seguintes critérios:

Parâmetro considerado	Sim	Não	Observação / Comentário
1. O modelo adotado para a contratação é o mais vantajoso para a Administração, tanto pelo aspecto técnico como pelo econômico?	x		
2. O modelo adotado para a contratação está em conformidade com o praticado no mercado?	x		
3. O valor estimado da contratação está em conformidade com a previsão orçamentária?	x		
4. Os resultados pretendidos com a contratação compensam os investimentos realizados pela Administração, em curto, médio e longo prazo?	x		
5. De acordo com a análise dos riscos para a contratação, a contratação é viável e não possui risco de dano ao erário? (moderado/médio a grave)	x		
6. Há risco de comprometimento do sucesso da licitação e da execução, considerando os fatos ocorridos em contratações anteriores do mesmo objeto ou similares.	x		
7. No caso do item anterior, foram indicadas as medidas necessárias para mitigar os riscos?	x		

14.2 Conclusão: Com base nas informações levantadas durante este estudo, a Equipe/Comissão de Planejamento entende ser viável a solução descrita no presente Estudo Técnico Preliminar para a presente contratação, vez que se mostrou tecnicamente a mais adequada à necessidade e fundamentadamente atendendo ao interesse público, já que a contratação de empresa especializada na execução de reforma e adequação do espaço físico, para implementação da Sala do **Centro de Comando Operacional - CCO** apresenta riscos mitigáveis com base nas medidas de controle apresentadas neste documento, e a melhor solução para o atendimento da necessidade deste Estudo Técnico Preliminar.



Documento assinado eletronicamente por **Caio Eduardo Duarte**,



Coordenador(a), em 30/01/2025, às 11:50, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Rogerio Rigo, Secretário (a)**, em 30/01/2025, às 14:28, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0024336758** e o código CRC **9A37FFB5**.

Rua Caçador, 112 - Bairro Anita Garibaldi - CEP 89203-610 - Joinville - SC -
www.joinville.sc.gov.br

24.0.043111-0

0024336758v4